

Brasil espera que o acordo não demore

WASHINGTON — O ministro da Fazenda do Brasil, Maflson da Nóbrega, ao discursar ontem perante o Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, afirmou que o País espera chegar a um acordo satisfatório com os bancos comerciais "tão logo seja possível". Segundo ele, este acordo aceleraria o processo de normalização, além de facilitar a execução de medidas econômicas internas, constituindo "um apoio pronto e flexível ao governo brasileiro por parte das instituições financeiras internacionais".

Maflson da Nóbrega disse, ainda, que muito em breve o Brasil vai iniciar negociações para firmar um acordo *stand by* com o FMI e, em seguida, retomará as negociações com o Clube de Paris, a fim de reestruturar a dívida junto aos credores oficiais. Defendeu a plena normalização das relações com a comunidade financeira internacional, destacando que "um passo importante nesta direção foi a retomada dos pagamentos a bancos credores e a

aceleração de negociações com vistas à reestruturação, a médio prazo, da dívida externa".

Em seu discurso, o ministro da Fazenda, depois de falar das dificuldades conjunturais que afetam a economia mundial, relatou as medidas que o governo brasileiro vem tomado no âmbito interno com o objetivo de conseguir um equilíbrio no quadro econômico. Recordou as medidas do último pacote, como a suspensão temporária do pagamento da URP aos funcionários públicos; "severos controles de emprego" no setor público e incentivos à aposentadoria antecipada, além de um reforço no programa de privatização.

O ministro brasileiro afirmou, ainda, que o País está preparado para tomar medidas adicionais destinadas a reduzir o déficit público. Também estão em consideração — acrescentou Maflson — reformas do setor público, com vistas a reduzir a intervenção governamental, mediante a eliminação de "controles

injustificáveis" do setor industrial e comércio exterior.

CRESCIMENTO

Ao falar sobre as perspectivas de crescimento nos países em desenvolvimento, o ministro afirmou que tanto a curto quanto a longo prazos elas são, na melhor das hipóteses, modestas. "Nos países importadores de capital como um todo" — disse — "espera-se que o crescimento na parte final do médio prazo (1988/92) seja melhor que no período 1983/87, embora desapontador em comparação com o verificado antes da década de 80."

No caso dos países devedores, citou as dificuldades criadas pelo serviço da dívida, argumentando ser necessário descobrir formas de se aliviar esse ônus, "no interesse a longo prazo tanto de devedores quanto de credores". Segundo ele, em muitos países esse ônus coloca em perigo não apenas o crescimento, mas, também, metas ainda mais importantes, como as instituições políticas e a estabilidade social.